

1.DEPOSITO DE SUPRIMENTO/RJ

Termo de Referência 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	160307-1.DEPOSITO DE SUPRIMENTO/RJ	JANAINA MOREIRA REI	26/02/2026 14:04 (v 0.7)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		64450.000560/2026-96

1. Condições gerais da contratação

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços de manutenção e aferição de equipamentos diversos, para atender as necessidades do 1º Depósito de Suprimento, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes (quando for o caso), estabelecidas neste instrumento:

Grupo	CATSER	Nr	ESPECIFICAÇÃO	Unid	Qnt	VL UNITÁRIO (R\$)	VL TOTAL (R\$)	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA
	12661	1	BALANÇA ANALÍTICA MARTE UX4200H. Carga máx 4200g; mín 0,5g. calibração faixa de 0,5g a 4200g. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	344,96	689,92	1	2
	12661	2	BALANÇA ANALÍTICA MARTE AUW220. Carga máx 220g; mín 10mg. Calibração faixa de 10 mg a 220 g. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	344,96	689,92	1	2
	12661	3	BALANÇA ANALÍTICA MARTE AUW220. Carga máx 220g; mín 10mg. Calibração faixa de 10 mg a 220 g. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	344,96	689,92	1	2
	12661	4	BALANÇA SEMI-ANALÍTICA ELETRÔNICA / DIGITAL. Marca WEBLABORSP; carga máx 2200g; mín 0,5g; calibração faixa de 0,5g a 2200g. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	344,96	689,92	1	2

12661	5	BALANÇA ANALÍTICA MARTE AD5000. Carga máx 5010g; mín 5g. Calibração faixa de 5g a 5010 g. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	344,96	689,92	1	2
12661	6	BALANÇA ANALÍTICA ELETRÔNICA DE PRECISÃO. Marca BIOSCALE B-5201; carga máx 5200g. Pontos a calibrar: 0,1 g, 2,0g, 2,5g e 5,0g. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	344,96	689,92	1	2
12661	7	BALANÇA ELETRÔNICA LÍDER LD1050; carga máx 200kg; mín 1kg. Calibração faixa de 1kg a 200kg. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	689,92	1.379,84	1	2
12661	8	BALANÇA ELETRÔNICA MICHELETTI MIC A3001; carga máx 300kg; mín 2kg. Calibração faixa de 2kg a 300kg. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	689,92	1.379,84	1	2
<b>1) PARA O GRUPO 1: A CONTRATADA DEVE POSSUIR ACREDITAÇÃO JUNTO AO INMETRO (RBC) NA GRANDEZA MASSA.</b> <b>2) TOTAL DO GRUPO 1 = R\$ 6.899,20 3</b>								
14435	9	ESTUFA DE SECAGEM E ESTERILIZAÇÃO. Marca Solab; Modelo SL-100, Ponto a calibrar: 37°C. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	1.379,84	2.759,68	1	2
14435	10	ESTUFA DE SECAGEM E ESTERILIZAÇÃO. Marca Solab; Modelo SL-100, Ponto a calibrar: 36°C +/-1°C. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	1.379,84	2.759,68	1	2
14435	11	ESTUFA MICROPROCESSADA D E C U L T U R A E BACTERIOLOGIA COM CIRCULAÇÃO E RENOVAÇÃO DE AR. Marca Solab; modelo SL- 102; Ponto a calibrar: 105°C. Calibração com emissão de laudo RBC	SV	2	1.379,84	2.759,68	1	2
14435	12	ESTUFA MICROPROCESSADA D E C U L T U R A E BACTERIOLOGIA. Marca Deleo; modelo B3CBDI; Ponto a calibrar: 95°C. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	1.379,84	2.759,68	1	2
14435	13	ESTUFA MICROPROCESSADA D E C U L T U R A E BACTERIOLOGIA. Marca Deleo; modelo TE-394/I; Ponto a calibrar: 41°C +/- 1°C. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	1.379,84	2.759,68	1	2

14435	14	ESTUFA MICROPROCESSADA D E C U L T U R A E BACTERIOLOGIA. Marca Deleo; Ponto a calibrar: 42°C +/- 1°C. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	1.379,84	2.759,68	1	2
14435	15	ESTUFA MICROPROCESSADA D E C U L T U R A E BACTERIOLOGIA. Marca Fanem; modelo 002CB; Pontos a calibrar: 30°C. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	1.379,84	2.759,68	1	2
14435	16	ESTUFA MICROPROCESSADA D E C U L T U R A E BACTERIOLOGIA. Marca Quimis; Ponto a calibrar: 25°C +/- 1°C. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	1.379,84	2.759,68	1	2
14435	17	ESTUFA MICROPROCESSADA D E C U L T U R A E BACTERIOLOGIA. Marca Quimis; Ponto a calibrar: 41°C +/- 1°C. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	1.379,84	2.759,68	1	2
14435	18	FORNO MUFLA. Marca Quimis; modelo Q318M25T; nr série AH071260; calibração 550°C. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	1.379,84	2.759,68	1	2
14435	19	BANHO MARIA SOROLOGICO. Marca Solab; modelo 150/A; calibração 100°C. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	1.379,84	2.759,68	1	2
14435	20	BANHO MARIA SOROLOGICO. Marca Solab; modelo 150/A; calibração 100°C. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	1.379,84	2.759,68	1	2
14435	21	BANHO MARIA 8 BOCAS COM AQUECIMENTO DIGITAL E AGITAÇÃO. Marca Novatécnica; calibração 63 +/- 2°C. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	1.379,84	2.759,68	1	2
14435	22	BANHO ULTRATERMOSTATICO COM CONTROLADOR DE TEMPERATURA DIGITAL, Marca Solab; modelo SL 152; Calibração - 15°C e 20°C. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	1.379,84	2.759,68	1	2
14435	23	BANHO MARIA COM AGITAÇÃO. Marca: Solab. Calibração 20°C +/- 1°C. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	1.379,84	2.759,68	1	2



14435	24	SISTEMA PARA DETERMINAÇÃO DE GORDURA, Modelo TE-044, Marca TECNAL. Calibração 70°C. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	1.379,84	2.759,68	1	2
14451	25	TERMÔMETRO DIGITAL PORTÁTIL. Marca Exbom Febro-MUT6005; faixa de trabalho de -50°C a +300°C; calibração +2°C /+5°C/ +8°C/. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	156,77	313,54	1	2
14451	26	TERMÔMETRO DIGITAL PORTÁTIL. Marca Exbom Febro-MUT6005; faixa de trabalho de -50°C a +300°C; calibração +37°. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	156,77	313,54	1	2
14451	27	TERMÔMETRO DIGITAL PORTÁTIL. Marca Exbom Febro-MUT6005; faixa de trabalho de -50°C a +150°C; calibração +41°C. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	156,77	313,54	1	2
14451	28	TERMOMETRO QUIMICO / ESCALA INTERNA -50 A + 50. Marca Incoterm; calibração 20°C / 40°C. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	8	156,77	1.254,16	1	2
14451	29	TERMOMETRO QUIMICO / ESCALA INTERNA -5°C A + 60°C. Marca Incoterm; calibração 25°C / 30°C / 37°C. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	6	156,77	940,62	1	2
14451	30	TERMOMETRO QUIMICO / ESCALA INTERNA -10 A + 110. Marca Incoterm; calibração 25°C / 50°C. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	10	156,77	1.567,70	1	2
14451	31	TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO faixa de calibração 420° à 1.100° C	SV	4	156,77	627,08	1	3

	14451	32	TERMO-HIGRÔMETRO DIGITAL, UMIDADE REFENCIADA A 20°C (FAIXA DE CALIBRAÇÃO -40°C à 1100°C UR à 10% à 95% UR Com seleção °C / °F, registros de máximas e mínimas, relógio 12 /24 horas. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	4	156,77	627,08	1	3
<p><b>1) PARA O GRUPO 2: A CONTRATADA DEVE POSSUIR ACREDITAÇÃO JUNTO AO INMETRO (RBC) NA GRANDEZA TEMPERATURA.</b></p> <p><b>2) TOTAL DO GRUPO 2 = R\$ 50.112,14</b></p>									

3	14451	33	ANALISADOR DE UMIDADE, Marca GEHAKA, modelo IV3000. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	689,92	1.379,84	2	2
	14451	34	ANALISADOR DE UMIDADE E IMPUREZAS, Marca GEHAKA, modelo G650i. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	689,92	1.379,84	1	2
	14451	35	ANALISADOR DE UMIDADE, Marca Marte, modelo ID200. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	689,92	1.379,84	1	2
	14451	36	TEMPORIZADOR DIGITAL.Marca Coel; Modelo T42; serviço de avaliação de conformidade em temporizador/crômetro acima de 6 pontos (faixa de calibração 1 seg à 6 h. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	148,96	297,92	1	2
	14443	37	CENTRIFUGA DIGITAL COM MOTOR POR INDUÇÃO. Marca Solab; modelo SL-708; Calibração 800 RPM, 160 gravidades; Calibração 23°C.Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	517,44	1.034,88	1	2

14443	38	CENTRIFUGA ANALÓGICA DE GERBER; Marca Quimis; calibração 1100 RPM. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	517,44	1.034,88	1	2
14443	39	HOMOGENEIZADOR. Marca Solab; modelo SL-129; rotação 1800 RPM e 3600 RPM. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	282,24	564,48	1	2
14435	40	HOMOGENEIZADOR DE AMOSTRAS PATOGENICAS E MICROBIANAS, Marca Solab; modelo SL-299; Calibração de frequência: 350; 280 e 210 BPM. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	282,24	564,48	1	2
<p><b>1) PARA O GRUPO 3, A CONTRATADA DEVE POSSUIR ACREDITAÇÃO JUNTO AO INMETRO (RBC) EM TEMPO E FREQUÊNCIA.</b></p> <p><b>2) TOTAL DO GRUPO 3 = 7.636,16</b></p>								

	14435	41	AUTOCLAVE VERTICAL. Marca Prismatec; Linha CS-A MTA; calibração 121°C. Calibração com emissão de laudo RBLE.	SV	2	3.920,00	7.840,00	1	2
4	14435	42	AUTOCLAVE VERTICAL. Marca Phoenix; modelo AV18 N° 9845 VOLTAGEM: 220V 1500W. Calibração 121°C. Calibração com emissão de laudo RBLE.	SV	2	3.920,00	7.840,00	1	2
<p><b>1) A DEVE POSSUIR ACREDITAÇÃO JUNTO AO INMETRO (RBLE) EM ENSAIOS TÉRMICOS.</b></p> <p><b>2) TOTAL DO GRUPO 4 = R\$ 15.680,00</b></p>									

5	14460	43	PHMETRO DE BANCADA DIGITAL Marca Instrutherm; modelo PH-5000; calibração 4,0 – 7,0. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	414,40	828,80	1	2
	14460	44	PHMETRO PORTÁTIL DIGITAL Marca TecnoPON; modelo LUCA- 210p; calibração 4,0 – 7,0. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	414,40	828,80	1	2
	14460	45	FOTÔMETRO DIGITAL Marca Hanna Instruments; modelo HI83730; calibração do índice de peróxido. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	2.419,20	4.838,40	1	2
	14435	46	MEDIDOR DE CONDUTIVIDADE DE BANCADA PORTÁTIL TECNOPON Modelo LUCA - 150. Calibração a 0,10 e 0,20% de cinzas condutimétricas. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	1.411,20	2.822,40	1	2
	14435	47	PURIFICADOR DE ÁGUA POR OSMOSE REVERSA COM INDICAÇÃO DE CONDUTIVIDADE Marca: Gehaka; Modelo OS10 LX /COND; Calibração do condutivímetro de linha, com substituição dos filtros. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	13.440,00	26.880,00	1	2

**1) PARA O GRUPO 5, A CONTRATADA DEVE POSSUIR ACREDITAÇÃO JUNTO AO INMETRO (RBC) NA GRANDEZA FÍSICO- QUÍMICA.**

**2) TOTAL DO GRUPO 5 = R\$ 36.198,40**

6	14478	48	REFRATÔMETRO DE BANCADA ABBÉ. Calibração no índice de refração da água 1,333. Calibração com Emissão de Laudo RBC.	SV	2	1.411,20	2.822,40	1	2

	14478	49	POLARÍMETRO DIGITAL -Marca:Quimis- Modelo:Q760M2 - Polarímetro digital automático.	SV	2	1.881,60	3.763,20	1	2
--	-------	----	--	----	---	----------	----------	---	---



**1) PARA O GRUPO 6, A CONTRATADA DEVE POSSUIR ACREDITAÇÃO JUNTO AO INMETRO (RBC) NA GRANDEZA ÓTICA.**  
**2) TOTAL DO GRUPO 6 = R\$ 6.585,60**

14427	50	PROVETA GRADUADA 10ml, serviço de avaliação de conformidade em 3 pontos. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	10	60,00	600,00	5	10
14427	51	PROVETA GRADUADA 25ml serviço de avaliação de conformidade em 3 pontos. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	10	60,00	600,00	5	10
14427	52	PROVETA GRADUADA 50ml; serviço de avaliação de conformidade em 3 pontos. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	10	60,00	600,00	5	10
14427	53	PROVETA GRADUADA 100ml, serviço de avaliação de conformidade em 3 pontos. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	10	60,00	600,00	5	10
14427	54	PROVETA GRADUADA 250ml, serviço de avaliação de conformidade em 3 pontos. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	10	60,00	600,00	5	10
14427	55	PROVETA GRADUADA 500ml, serviço de avaliação de conformidade em 3 pontos. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	10	60,00	600,00	5	10

7	14427	56	PROVETA GRADUADA 1000ml, serviço de avaliação de conformidade em 3 pontos. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	10	60,00	600,00	5	10
	14427	57	BALÃO VOLUMÉTRICO 100ml, Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	10	60,00	600,00	5	10
	14427	58	BALÃO VOLUMÉTRICO 250ml, Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	10	60,00	600,00	5	10
	14427	59	BALÃO VOLUMÉTRICO 500ml, Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	10	60,00	600,00	5	10
	14427	60	BALÃO VOLUMÉTRICO 1000ml, Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	10	60,00	600,00	5	10
	14427	61	BURETA GRADUADA 5ml, serviço de avaliação de conformidade em 3 pontos. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	10	60,00	600,00	5	10
	14427	62	BURETA GRADUADA 10ml, serviço de avaliação de conformidade em 3 pontos. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	10	60,00	600,00	5	10
	14427	63	BURETA GRADUADA 25ml, serviço de avaliação de conformidade em 3 pontos. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	10	60,00	600,00	5	10
	14427	64	BURETA GRADUADA 50ml, serviço de avaliação de conformidade em 3 pontos. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	10	66,67	666,70	5	10

14427	65	BURETA DIGITAL Marca Digitrate Pro; serviço de avaliação de conformidade em 3 pontos. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	2	66,67	133,34	1	2
14427	66	PIPETA GRADUADA 1ml, serviço de avaliação de conformidade em 3 pontos. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	10	60,00	600,00	5	10
14427	67	PIPETA GRADUADA 2ml, serviço de avaliação de conformidade em 3 pontos. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	10	60,00	600,00	5	10
14427	68	PIPETA GRADUADA 5ml, serviço de avaliação de conformidade em 3 pontos. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	10	60,00	600,00	5	10
14427	69	PIPETA GRADUADA 10ml, serviço de avaliação de conformidade em 3 pontos. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	10	60,00	600,00	5	10
14427	70	PIPETA GRADUADA 20ml, serviço de avaliação de conformidade em 3 pontos. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	10	60,00	600,00	5	10
14427	71	PIPETA VOLUMÉTRICA 11ml. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	4	60,00	240,00	2	4
14427	72	MICROPIPETA AUTOMÁTICA, ponto a calibrar 0,1ml. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	6	91,87	551,22	3	6
14427	73	MICROPIPETA AUTOMÁTICA, ponto a calibrar 1,0ml. Calibração com emissão de laudo RBC.	SV	6	91,87	551,22	3	6

**1) PARA O GRUPO 7, A CONTRATADA DEVE POSSUIR ACREDITAÇÃO JUNTO AO INMETRO (RBC) NA GRANDEZA VOLUME E MASSA ESPECÍFICA.**

**2) TOTAL DO GRUPO 7 = R\$ 13.542,48**

Grupo	CATSER	Nr	ESPECIFICAÇÃO	Unid	Qnt	VL UNITÁRIO	VL TOTAL	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA
	14427	74	CAPELA DE FLUXO LAMINAR, HORIZONTAL, DE BANCADA. Marca Pachane. Os serviços a serem realizados são: Medição de contagem de partículas usando um contador de partículas; - Medição da velocidade do fluxo de ar usando anemômetro ou termoanemômetro; - Medição da umidade relativa do ar e da temperatura ambiente usando termo-higrômetro; - Medição da saturação dos filtros absolutos usando manômetro; - Medição da intensidade da lâmpada UV usando radiômetro; - Revisão e limpeza da parte interna do equipamento - Revisão do sistema eletro-mecânico; - Revisão do selo de vedação; - Revisão do manômetro; - Medição do nível de Ruído usando decibelímetro; - Medição da Luminosidade usando luxímetro; -Teste de Fumaça usando gerador de fumaça); - Troca do filtro absoluto (HEPA)(material a	SV	2	17.920,00	35.840,00	1	2

		ser fornecido pela Empresa); - Troca das lâmpadas germicida e fluorescente (material a ser fornecido pela Empresa); - Apresentação do Relatório de certificação, contendo os resultados, classificação e recomendações técnicas. No serviço deverá haver a substituição do filtro e lâmpadas (germicida UV e fluorescente) cujos materiais DEVERÃO SER FORNECIDO PELA EMPRESA.						
14427	75	<p>CAPELA DE FLUXO LAMINAR PACT FLOW 110</p> <p>CLASS 100. Os serviços a serem realizados são:</p> <p>Medição de contagem de partículas usando um contador de partículas; - Medição da velocidade do fluxo de ar usando anemômetro ou termoanemômetro; - Medição da umidade relativa do ar e da temperatura ambiente usando termohigrômetro; - Medição da saturação dos filtros absolutos usando manômetro; - Medição da intensidade da lâmpada UV usando radiômetro; - Revisão e limpeza da parte interna do equipamento - Revisão do sistema eletro-mecânico; - Revisão do selo de vedação; - Revisão do manômetro; - Medição do nível de Ruído usando decibelímetro; - Medição da Luminosidade usando luxímetro; -Teste de Fumaça usando gerador de fumaça); - Troca do filtro absoluto (HEPA)(material a ser fornecido pela Empresa); - Troca das lâmpadas</p>	SV	2	17.920,00	35.840,00	1	2

		germicida e fluorescente (material a ser fornecido pela Empresa); - Apresentação do Relatório de certificação, contendo os resultados, classificação e recomendações técnicas. No serviço deverá haver a substituição do filtro e lâmpadas (germicida UV e fluorescente) cujos materiais DEVERÃO SER FORNECIDO PELA EMPRESA.						
14427	76	CABINE DE SEGURANÇA BIOLÓGICA CLASSE II A1/A2, Marca Filter Flux. Os serviços a serem realizados são: Medição de contagem de partículas usando um contador de partículas; - Medição da velocidade do fluxo de ar usando a n e m ô m e t r o o u termoanemômetro; - Medição da umidade relativa do ar e da temperatura ambiente usando termo-higrômetro; - Medição da saturação dos filtros absolutos usando manômetro; - Medição da intensidade da lâmpada UV usando radiômetro; - Revisão e limpeza da parte interna do equipamento - Revisão do sistema eletro-mecânico; - Revisão do selo de vedação; - Revisão do manômetro; - Medição do nível de Ruído usando decibelímetro; - Medição da Luminosidade usando luxímetro; -Teste de Fumaça usando gerador de fumaça); - Troca do filtro absoluto (HEPA)(material a ser fornecido pela Empresa); - Troca das lâmpadas germicida e fluorescente (material a ser fornecido pela Empresa); - Apresentação do Relatório de certificação, contendo os resultados, classificação e recomendações técnicas. No serviço deverá haver a substituição do filtro e lâmpadas (germicida UV e fluorescente) cujos materiais DEVERÃO SER FORNECIDO PELA EMPRESA.	SV	2	17.920,00	35.840,0000	1	2



### 3. Descrição da solução como um todo

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “C”, E ART. 40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

3.1 Trata-se de serviço comum, de caráter **não continuado** e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

3.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “D”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

4.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.2 A(s) empresa(s) licitante(s) vencedora(s) deverão efetuar os serviços na sede do 1º Depósito de Suprimento na cidade do Rio de Janeiro – RJ no endereço: **Rua Dr. Garnier, nº 390**, Bairro Rocha, Rio de Janeiro - RJ, 20975-000 (LIAB/1), na forma e quantidade, de acordo com os pedidos realizados pela mesma após a assinatura do Termo de Contrato e/ou da emissão das Notas de Empenho. Tal situação ocorrerá por conta e risco da Contratada, sem qualquer ônus como frete, seguro, taxas, etc, acompanhados de duas vias da Nota Fiscal, sendo uma, obrigatoriamente, a 1ª via.

4.3 Os serviços deverão ser contratados por preço certo de unidades determinadas. Ou seja, os serviços serão contratados por empreitada por preço unitário.

4.4 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.6 A Contratada, nos termos da Lei nº 4.150/1962, na execução dos serviços, deverá atender aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança usualmente chamados “normas técnicas” e elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas quando da execução dos serviços.

4.7 Deve existir o máximo esforço em executar os serviços em total conformidade com a descrição e parâmetros contidos neste edital. A não observância poderá causar prejuízos para a Administração Pública. Neste caso, a empresa estará sujeita às penalidades definidas em Lei.

4.8 A Contratada será a única responsável, perante o 1º D Sup, pela qualidade de atendimento ao objeto deste Termo de Referência. A responsabilidade perdurará, independentemente de qualquer ação, no prazo de execução e garantia do objeto.

4.9 Os serviços deverão ser realizados através de profissionais qualificados. A Contratada deverá utilizar suas ferramentas e instrumentos necessários para execução dos serviços.

4.10 A Contratada deverá fornecer o material necessário para serviço, como por exemplo filtros, lâmpadas, etc.



**4.11** Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

**4.12 Sustentabilidade:**

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

**4.13 Subcontratação**

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**4. Garantia da contratação**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

**5. Modelo de execução do objeto**

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “E” E ART. 40, §1º, INCISO II, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

**Condições de Execução**

5.1.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.2 Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos estabelecido, conforme descrição constante no objeto deste Termo de Referência.

5.1.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

5.1.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

5.1.5 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

5.1.6 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

5.1.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**6. Modelo de gestão do contrato**

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

#### **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (inciso IV do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

- 6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (inciso III do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (inciso II do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (inciso VIII do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (inciso X do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

## **Gestor do Contrato**

- 6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “G”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

#### Execução do Objeto

7.1. O serviço será executado provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 dias (trinta), dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 dias (trinta), a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 dias (trinta) úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

7.33. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.34. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.35. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.36. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.37. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

#### **8. Forma e critérios de seleção e regime**

#### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

#### **8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “H”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

##### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

##### **Exigências de habilitação**

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

##### **Habilitação jurídica**

- 8.3. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.4. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.5. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 8.8. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 8.10. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.11. Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do §2º do art. 4º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 8.12. Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos dos arts. 17 a 19 e 165 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.
- 8.14.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 8.15.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- 8.16.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.17.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea “c” do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);

8.25. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) =  $(\text{Ativo Circulante Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$ ;

II - Solvência Geral (SG) =  $(\text{Ativo Total}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$ ; e

III - Liquidez Corrente (LC) =  $(\text{Ativo Circulante}) \div (\text{Passivo Circulante})$ .

8.26. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (§1º do art. 65 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.28. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.28.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigida da microempresa ou da



## Qualificação Técnica

**8.30.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

**8.31.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**8.32.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**8.33.** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.33.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art. 4º, inciso XI do art. 21, incisos I do art. 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764 de 1971;

8.33.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI), para cada um dos cooperados indicados;

8.33.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.33.4. O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.33.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.33.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.33.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764,

de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9. Estimativas do valor da contratação


**Valor (R\$):** 244.173,98

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 244.173,98 (duzentos e quarenta e três mil cento e setenta e três reais e noventa e oito centavos).


## 10. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decret    nº10.543    de 13 de novembro 2020](#).

Documento assinado digitalmente  
 **JANAINA MOREIRA REI**  
Data: 10/03/2026 11:48:03-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**JANAINA MOREIRA REI**

Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente  
 **THAIS BRASIL VIEIRA**  
Data: 10/03/2026 15:49:23-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**THAIS BRASIL VIEIRA**

Membro da comissão de contratação